



**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA AS CONTAS DO
GOVERNO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2015**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA MATA vem por meio do Chefe do Poder Executivo Municipal, efetuar a prestação de contas relativo ao Exercício Financeiro de 2015, sobre a execução dos orçamentos e a situação da administração.

1 – SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

A análise desse balanço possibilita a verificação quanto aos resultados e indicadores gerados pela Administração Pública, permitindo assim avaliação da gestão orçamentária, ou seja, o impacto da arrecadação e a execução da despesa pública.

Sabe-se, porém, que as despesas e receitas apresentadas pelo sistema orçamentário, são compostas por receitas e despesas efetivas e não-efetivas, sendo necessária análise dos demonstrativos patrimoniais, para avaliar o real impacto ao patrimônio público.

A despesa, orçada na classificação até a modalidade de aplicação, foi executada por empenhamento, pelas modalidades de empenhos, ordinário, global e por estimativa, e atendendo aos seguintes estágios: empenho, liquidação e pagamento.



A receita foi realizada atendendo o regime de caixa, sendo que quando um crédito vencido e não arrecadado, é efetivado o estágio do lançamento, sendo esse registrado em dívida ativa, como um direito do Município.

A seguir, apresentam-se análises do comportamento das Despesas (fixação e execução), detalhados por tipo de crédito, categoria econômica e grupo de despesa e das Receitas (previsão atualizada e realização), detalhadas por categoria e subcategoria econômica, referente ao exercício de 2015.

1. Apresentação

A Prefeitura do Município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, está sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamento e patrimonial e controle externo, a cargo do poder Legislativo Municipal com apoio técnico do Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao que dispõe nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 101/00 e Resolução nº. 01/2009 do TCE, passa a apresentar o Relatório do Controle interno, exercício financeiro de 2015.

O órgão de Controle Interno do Município de São Lourenço da Mata, foi criado pela Lei Municipal nº. 2.262/2009. O cargo de Controlador geral foi ocupado durante o ano de 2015, por servidor nomeado pela Portaria 20/2013. Desde sua criação foi constante a busca de uma estrutura capaz de orientar a gestão administrativa a um atendimento mais eficaz aos princípios constitucionais, com o desenvolvimento de critérios para salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas, estimular a eficiência operacional e o efetivo controle, adotando procedimentos de normatização capazes de atender as determinações legais.



2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2015 demonstra que houve uma evolução das práticas implementares por instrução legal, o que proporcionou um maior equilíbrio as contas públicas, tendente a se consolidar no exercício de 2015, evidenciando que a condução dos negócios públicos tem sido pautada em uma gestão fiscal responsável.

Na função de acompanhamento concomitante, durante o ano de 2015, o Controle Interno do Município de São Lourenço da Mata, optou por atender a cada determinação legal relacionada a controle, iniciar o processo de normatização e otimizar a prestação de serviços internos e externos, exigindo medidas incisivas de planejamento e programação financeira, preservando a legalidade e desta forma, também garantindo a legitimidade dos procedimentos.

Este órgão adotou uma postura integrada, buscando auxílio nas assessoriais do município na obtenção de informações claras visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo a legislação pertinente e estimulando a obediência e o zelo às políticas adotadas pela administração.

3. Análise dos textos legais

Em conformidade com a lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, o Controle Interno acompanhou a legalidade dos atos que



geraram receitas e às despesas públicas com o nascimento ou extinção de direitos e obrigações; acompanhou o cumprimento do Plano Plurianual-PPA, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e posteriormente a elaboração da lei Orçamentária Anual – LOA, culminando com posteriores medidas de compatibilização necessárias ao seu regular cumprimento e verificação da implementação das metas com **eficiência e eficácia**, atingindo os resultados propostos.

3.1 Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na avaliação do cumprimento das metas com eficácia, eficiência e a efetividade, constatou-se que:

- Foram atingidas pela administração parte das metas propostas;
- Os gastos realizados foram compatíveis com as ações efetivamente realizadas;
- As ações alcançaram, de fato, a satisfação aos anseios da população.

A arrecadação da receita corrente efetiva e a receita de capital, não corresponderam ao esperado, tendo em vista as reduções das transferências federais terem sofrido substancialmente com as isenções do IPI, além do não recebimento de convênios ainda em andamento, provavelmente o serão no exercício seguinte.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades publicam e privadas definidas na LDO.



As ações executadas pelo Município de São Lourenço da Mata no exercício 2015, voltadas a manutenção das atividades dos serviços públicos, das políticas públicas de Estado e de Governo, o atendimento às necessidades da população e o cumprimento dos limites legais, configuraram o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas. Portanto, o Controle Interno considera que a execução orçamentária de 2015 atendeu em parte as determinações legais, atingindo as metas e diretrizes previstas na LDO.

3.1.1 Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal

Houve um resultado Primário foi negativo de R\$ 643.888,18 (seiscentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos).

O resultado Nominal foi de R\$ 19.127.309,88 (dezenove milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e nove reais e oitenta e oito centavos), o que permitiu o cumprimento da meta estabelecida que foi o pagamento do parcelamento da dívida sem a necessidade de se criar novos passivos.

É possível observar que houve um superávit orçamentário e que foi cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal já que o município não gastou mais que arrecadou.

4. Elaboração do Orçamento



A LOA configurou no Município de São Lourenço da Mata um instrumento de planejamento de receita e despesa, pois através dele foi possível estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equilibrando-os com os recursos disponíveis no Município.

A LOA de São Lourenço da Mata, para o exercício financeiro de 2015, foi elaborada atendendo as disposições contidas na Lei nº. 4.320/64, e demais legislações pertinentes.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município pelos responsáveis de cada departamento e em seguida, discutido as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Da mesma forma a fixação das despesas para cada unidade orçamentária decorreram da análise de: quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros; as metas previstas no PPA; as metas e prioridades definidas na LDO; a implementação de programas de redução de despesas em caráter geral; a fixação da reserva de contingência, conforme LDO; a receita estimada; a legislação vigente.

4.1 Resultado Orçamentário

A Lei Orçamentária foi elaborada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.440 de 27 de agosto de 2014, e de acordo com o Plano Plurianual. A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº. 4.320/64, LRF e demais legislações pertinentes.



4.2 Alterações Orçamentárias

Apresentam-se os Créditos Adicionais abertos durante o exercício de 2015, no valor de R\$ 35.949.780,00, autorizados pela Lei Orçamentária Anual e específica e abertos por decreto respectivamente:

LEI	DECRETO	DATA	VALOR	RECURSO
2.447	02	06/01/2015	2.325.000,00	ANULAÇÃO
2.447	05	05/02/2015	2.600.000,00	ANULAÇÃO
2.449	07	13/02/2015	458.480,00	ANULAÇÃO
2.447	08	10/03/2015	450.000,00	ANULAÇÃO
2.447	11	14/04/2015	379.000,00	ANULAÇÃO
2.447	16	04/05/2015	1.440.000,00	ANULAÇÃO
2.447	19	01/06/2015	335.000,00	ANULAÇÃO
2.447	21	19/06/2015	3.295.000,00	ANULAÇÃO
2.447	22	13/07/2015	135.000,00	ANULAÇÃO
2.447	23	23/07/2015	2.030.000,00	ANULAÇÃO
2.447	25	14/08/2015	4.310.000,00	ANULAÇÃO
2.447	26	28/08/2015	30.000,00	ANULAÇÃO
2.447	28	22/09/2015	5.785.000,00	ANULAÇÃO
2.447	29	22/09/2015	215.000,00	ANULAÇÃO
2.447	30	09/10/2015	270.300,00	ANULAÇÃO
2.447	32	09/10/2015	190.000,00	ANULAÇÃO
2.447	34	20/10/2015	2.346.000,00	ANULAÇÃO
2.447	35	19/11/2015	406.000,00	ANULAÇÃO
2.447	37	19/11/2015	6.646.000,00	ANULAÇÃO
2.447	39	14/12/2015	2.304.000,00	ANULAÇÃO
TOTAL			35.949.780,00	



O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões de reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 148.955.372,64 (cento e quarenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). Ocorrendo uma diferença negativa que entre a receita orçada e a efetivamente arrecadada R\$ 47.044.627,36 (quarente e sete milhões, quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos).

Alguns dos programas inicialmente inseridos no orçamento, não foram executados pela falta de recursos financeiros, outros foram substituídos para atender as prioridades da sociedade em relação aos Programas de Governo e às Políticas. Em última análise a execução orçamentária atendeu as determinações legais e primou pela satisfação dos anseios da população.

4.2 Créditos Adicionais Suplementares e Especiais

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA e a partir do alcance deste limite, através de prévia autorização legislativa.

Para abertura de créditos adicionais especiais em todos os casos foram observados os requisitos legais pertinentes e a existência de prévia autorização legislativa.

4.3 Reserva de Contingência



Não ocorreu no Município de São Lourenço da Mata nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, portanto a reserva de Contingência foi utilizada como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais.

A DESPESA fixada e a RECEITA estimada para o exercício de 2015, pela Lei Municipal nº 2.447 de 02 de dezembro de 2014.

O anexo 12 da Lei 4.320/1964 Balanço Orçamentário, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. A execução orçamentária do município pode ser demonstrada da seguinte forma:

RECEITA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	DESPESA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CORRENTE	178.120.000	144.709.108,31	33.410.891,69	CORRENTE	165.223.000	139.550.708,34	25.672.291,66
CAPITAL	17.880.000	4.246.264,33	13.633.735,67	CAPITAL	30.067.000	12.990.783,17	17.076.216,83
RESERVA DE CONTINGENCIA					710.000		710.000,00
SOMA	196.000.000	148.955.372,64	47.044.627,36	SOMA	196.000.000	152.541.491,51	43.458.508,49
DÉFICIT		3.586.118,87		SUPERÁVIT			3.586.118,87
TOTAL	196.000.000	152.541.491,51	62.098.267,11	TOTAL	196.000.000	152.541.491,51	47.044.627,36

A DESPESA ORÇAMENTÁRIA no exercício de 2015 foi de R\$ 152.541.491,51, e a RECEITA ORÇAMENTÁRIA foi de R\$ 148.955.372,64 originando um déficit **orçamentário** de R\$ 3.586.118,87.

Em relação à receita arrecadada no exercício o município gastou 2,40% acima do valor arrecadado.

A receita corrente somou R\$ 144.709.108,31 enquanto as receitas de capitais representaram R\$ 4.246.264,33. Já a despesa corrente representou R\$ 139.550.708,34 e a despesa de capital somou R\$ 12.990.783,17, demonstrando assim, um déficit tanto corrente quanto de capital, com relação as previsões orçamentárias.



4.3 Comportamento das Despesas do Exercício

4.3.1 Despesa por Função de Governo:

As despesas por função relativas, a participação de cada uma delas no montante da despesa realizada, são assim demonstradas:

DESPESA POR FUNÇÃO	2015	
	Valor R\$	%
Legislativa	4.262.621,24	2,79
Judiciária	345.347,04	0,23
Administração	12.265.001,48	8,04
Assistência Social	9.629.416,40	6,31
Previdência Social	16.579.901,13	10,87
Saúde	40.494.726,94	26,55
Trabalho	126.623,63	0,08
Educação	46.563.977,61	30,53
Cultura	2.316.598,43	1,52
Urbanismo	18.470.495,18	12,10
Saneamento	287.690,76	0,19
Agricultura	9.583,64	0,01
Comércio e Serviços	208.910,00	0,14
Transporte	173.560,52	0,11
Desporto e Lazer	381.346,65	0,25
Segurança Pública	3.200,00	0,01
Ciência e Tecnologia	422.490,86	0,27
TOTAL	152.541.491,51	100,00

Os gastos segundo as Categorias Econômicas para o exercício de 2015 estão assim compostos:



DESPESAS CORRENTES	R\$ 139.550.708,34
CAPITAL	R\$ 12.990.783,17
TOTAL	R\$ 152.541.491,51

As despesas correntes representam 91,48 % e as despesas de Capital 8,52 % do total da despesa realizada.

4.4 Comparativo da Receita Arrecadada

A receita apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2015:

4.4.1 Receitas Segundo as Categorias Econômicas

RECEITA POR ORIGEM	2015	
	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	12.704.629,23	8,53
Receita de Contribuições	12.413.514,71	8,33
Receita Patrimonial	1.497.802,00	1,00
Receita de Serviços		0,00
Transferências Correntes	110.560.735,49	74,23
Outras Receitas Correntes	7.532.426,88	5,06
Transferências de Capital	4.246.264,33	2,85
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	148.955.372,64	100,00

4.4.1.1 Quadro Demonstrativo da Receita de Contribuições:



RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2015	
	Valor (R\$)	%
Receita de Contribuições Sociais	8.816.359,00	5,92
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	3.597.155,71	2,41
TOTAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	12.413.514,71	8,33
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	148.955.372,64	

4.4.1.2 Deduções da Receita

Demonstrativo das deduções da receita	2015	
	Valor (R\$)	%
Dedução FPM - FUNDEB	7.763.785,99	69,02
Dedução ITR- FUNDEB	6.440,70	0,05
Dedução ICMS Desoneração - FUNDEB	7.027,57	0,06
Dedução ICMS- FUNDEB	3.080.386,12	27,39
Dedução IPI – FUNDEB	16.792,19	0,15
Dedução IPVA- FUNDEB	374.640,95	3,33
TOTAL DAS DEDUÇÕES	11.249.073,52	100,00

5 - SISTEMA FINANCEIRO

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, onde a Receita e a Despesa Orçamentária são desdobradas segundo as Categorias Econômicas.



A verificação e análise do Balanço Financeiro é um instrumento para a definição de indicadores que servirão para avaliar a gestão financeira do patrimônio público.

Os Ingressos e os Dispendios do Balanço Financeiro demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentária, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Os valores de transferências financeiras, estas classificadas como interferências ativas e passivas, não aparecem no demonstrativo financeiro, uma vez que no consolidado, essas contas se compensam, pois à medida que uma entidade contabiliza o repasse concedido, simultaneamente a entidade recebedora contabilizará como repasse recebido.

A variação que pode ser observada no Balanço Financeiro é a situação real de ingressos e desembolsos que ocorreram no decorrer do exercício.

5.1 Resultado Financeiro

No Exercício de 2015, foi registrado um deficit financeiro no valor de R\$ 3.917.767,10 (três milhões, novecentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), resultado da equação (ativo financeiro – passivo financeiro), informação obtida do Balanço Patrimonial.

Este resultado superavitário equivale a 1,36 % da receita arrecadada, e é decorrente dos equilíbrios das contas dos últimos exercícios.

5.2 Movimentação Financeira do Exercício

O Fluxo Financeiro do município foi o seguinte:



FLUXO FINANCEIRO	Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR – 31/12/2014	18.296.943,34
Caixa	
Bancos	18.296.943,34
(+) ENTRADAS	209.235.688,87
Receita Orçamentária	148.955.372,64
Receitas Ordinárias	34.148.372,82
Receitas Vinculadas	126.056.073,34
Dedução da Receita	(11.249.073,52)
Transferências Financeiras Recebidas	34.877.514,62
Extra Orçamentárias	25.402.801,61
Restos a Pagar	8.208.833,64
Valores Restituíveis	17.193.967,97
Serviços da dívida a pagar	
TOTAL	227.532.632,21
(-) SAÍDAS	213.534.235,77
Despesa Orçamentária	152.541.491,51
Despesas Ordinárias	61.534.819,44
Despesas Vinculadas	91.006.672,07
Transferências Financeiras Concedidas	39.597.203,75
Extra Orçamentárias	21.395.540,51
Créditos em Circulação	
Restos a Pagar	3.792.972,93
Valores Restituíveis	14.199.352,65
Serviços da Dívida a Pagar	17.540.715,01
Restos a Pagar não processados	61.852,57
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE – 31/12/2016	13.998.396,44
Caixa	
Bancos	13.998.396,44



TOTAL	227.532.632,21
-------	----------------

Observa-se que a situação financeira do município, demonstra saldo suficiente no banco, garantindo assim disponibilidade para saldar seus débitos com os restos a pagar do exercício.

5.3 Restos a Pagar

Os valores inscritos em restos a pagar, referente ao exercício de 2015 de R\$ 8.208.833,64, se referem a compromissos e liquidados, conforme segue:

5.3.1 Restos a pagar processados

VALOR TOTAL	8.208.833,64
-------------	--------------

6 - SISTEMA PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial, ou seja, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos).

Os ativos segregam-se em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados); a soma dos montantes desses bens e direitos forma o conceito de Ativo Real. Por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se em financeiros (obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependam de autorização legislativa para serem honrados); a soma dos montantes dessas obrigações



forma, a seu turno, o conceito de Passivo Real. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação. A seguir, expõe-se um resumo do Balanço Patrimonial, com suas classes e grupos de contas contábeis.

6.1 Resumo da Situação Patrimonial

A situação Patrimonial do Município está assim demonstrada:

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
FINANCEIRO		FINANCEIRO	
Disponível	13.998.396,44	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	3.232.345,99
Caixa		Fornecedores Contas a Pagar a Curto Prazo	9.118.056,61
Bancos Conta Movimento	11.627.873,82	Demais Obrigações a Curto Prazo	6.442.901,65
Aplicações Financeiras	2.370.522,62		
Realizável			
Créditos a Receber	877.140,71		
PERMANENTE		PERMANENTE	
Dívida Ativa		Dívida Fundada Interna	
Créditos Inscritos em Dívida Ativa -Em Circulação	52.182.896,79	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	21.158.173,11
Outros Créditos	45.416,39	Dívidas Renegociadas	
Realizável a Longo Prazo		Fornecedores Contas a Pagar a Longo Prazo	1.175.935,69
Créditos Inscritos em Dívida Ativa		Obrigações a Pagar	



Créditos		Precatórios por Decisão Judicial	
IMOBILIZADO	57.526.517,85	Provisões a Longo Prazo	401.237.272,44
Bens Móveis e Imóveis	57.526.517,85		
Bens Imóveis	45.882.350,87		
Bens Móveis	11.644.166,98		
ATIVO REAL	124.630.368,18	PASSIVO REAL	442.364.685,49
SALDO PATRIMONIAL	124.630.368,18	SALDO PATRIMONIAL	442.364.685,49
Compensado		Resultados Acumulados	-
			317.734.317,31
Execução da Programação Financeira.		Execução da Programação Financeira.	
Compensações Ativas Diversas		Compensações Ativas Diversas	
TOTAL	124.630.368,18	TOTAL	124.630.368,18

6.2 Variações do Patrimônio Financeiro

No quadro abaixo demonstramos a variação do patrimônio financeiro do exercício:

Grupo Patrimonial	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
Ativo Financeiro	19.154.933,62	14.875.537,15	4.279.396,47
Passivo Financeiro	14.696.996,25	18.793.304,25	-4.096.308,00
Saldo Patrimonial Financeiro	33.851.929,87	33.668.841,40	183.088,47



Observa-se que o Déficit Financeiro do exercício somou R\$ 183.088,47, resultado do Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro.

6.3 Movimentação das Contas de Dívida Ativa

	DÍVIDA ATIVA	VALOR
(=)	SALDO INICIAL 01/01/2014	31.932.092,62
(+)	INSCRIÇÃO	20.569.157,68
(+)	INCORPORAÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	
(-)	BAIXA POR PAGAMENTO	318.353,51
(-)	RESTABELECIMENTO DE OUTRAS DIVIDAS PASSIVAS	
(=)	SALDO FINAL 31/12/2015	52.182.896,79

6.4 Movimentação das Contas de Restos A Pagar

	RESTOS A PAGAR	VALOR
(=)	SALDO INICIAL 01/01/2014	10.163.797,31
(-)	BAIXA POR PAGAMENTO	3.854.825,50
(-)	BAIXA POR CANCELAMENTO	
(+)	INSCRIÇÃO 2015	8.208.833,64
(=)	SALDO FINAL 31/12/2015	14.517.805,45

6.5 Movimentação das Contas da Dívida Fundada Interna e Débitos Consolidados

	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	VALOR
(=)	SALDO INICIAL 01/01/2015	14.904.239,98



(+)	INCORPORAÇÃO DO EXERCÍCIO	10.338.147,35
(+)	INCORPORAÇÃO REF EXERCÍCIO ANTERIOR	
(-)	BAIXA POR PAGAMENTO/AMORTIZAÇÃO	2.908.278,53
(-)	BAIXA REF EXERCÍCIO ANTERIOR	
(-)	Ajuste de Obrigações (Atualização Monetária não Financeira)	
(+)	Ajuste de Obrigações (Atualização Monetária não Financeira)	
(=)	SALDO FINAL 31/12/2015	22.334.108,80

6.6 Resultado do Exercício

RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	RECEITA	148.955.372,64
	VARIAÇÕES ATIVAS	204.080.647,53
	DESPESA	152.541.491,51
	VARIAÇÕES PASSIVAS	585.761.931,57
	RESULTADO PATRIMONIAL	-381.681.284,04
	INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	10.128.127,21
	DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.908.278,53

6.7 Demonstrativo do Comportamento da Dívida Pública

6.7.1 Dívida fundada interna e débitos consolidados

A evolução da dívida consolidada, considerando o Balanço Consolidado do Município, e sua relação com a receita corrente líquida fica assim demonstradas:

Saldo da Dívida Consolidada	2015
-----------------------------	------



	Valor(R\$)	%
Saldo	22.334.108,80	17,11

6.7.2 Dívida Flutuante

Dívida fluante é aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa.

No exercício, a dívida fluante do município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	16.542.708,28
(+) Formação da Dívida	25.402.801,61
(-) Baixa da Dívida	21.395.540,51
(+) Outras Dívidas Passivas	19.150,43
Saldo para o Exercício Seguinte	20.569.119,81

A evolução da dívida fluante e a seguir:

Saldo da Dívida Flutuante	2013		2014		2015	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Saldo	15.129.867,81		15.988.863,65	12,63	20.569.119,81	15,76

7 - GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO



7.1 Demonstrativo da aplicação do percentual mínimo de 25% das receitas de impostos, incluídas as transferências de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (conforme art. 212 da Constituição Federal):

A- RECEITA DE IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS	70.743.455,90
A.1 – IMPOSTOS MUNICIPAIS / RECEITA DE DÍVIDA ATIVA (PRINCIPAL E ENCARGOS)	12.336.457,35
Imposto Predial e Territorial Urbano	626.953,19
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	3.102.605,29
Imposto sobre Transmissão Inter vivos de bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	685.299,63
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	7.568.560,61
Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros de Mora de Tributos	353.038,63
A.2 – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	17.359.099,11
COTA DO ICMS	15.401.931,53
COTA-PARTE DO IPVA	1.873.206,08
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	83.961,50
A.3 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	41.047.899,44
COTA-PARTE DO FPM	40.980.557,78
COTA DO ITR	32.203,73
TRANSF. FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	35.137,93
B – PERCENTUAL MÍNIMO DE 25%	17.685.863,97
C – REPASSE AO FUNDEB	34.211.476,11
D – RETORNO DO FUNDEB	11.249.073,52
E – DESPESAS COM ENSINO CONFORME PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS CONSTANTES DO BALANÇO GERAL	46.563.977,61



7.2 Aplicações do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF):

Componente	Valor (R\$)	%
(+) Total das Despesas com Educação	46.563.977,61	
(-) Despesas líquida do FUNDEB	22.962.402,59	
(-) Despesas com recursos FNDE	3.516.012,57	
Total das Despesas para efeito de Cálculo	20.085.562,45	28,39
Valor Mínimo de 25% das Receitas de Impostos (B)	17.685.863,97	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	2.399.698,48	3,39

O Demonstrativo acima evidencia que o município aplicou o montante de R\$ 20.085.562,45 dos recursos próprios em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a 28,39% da receita de Impostos e Transferências, sendo aplicado a maior o valor de R\$ 2.399.698,48.

7.3 Aplicações dos Recursos do Fundeb

O FUNDEB reteve do município a importância de R\$ 11.249.073,52

7.3.1 Os gastos com aplicação do percentual mínimo de 60% em despesas com remuneração de profissionais da Educação:

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	34.211.476,11
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras da conta do FUNDEB	113.750,83
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	34.325.226,94
60 % dos Recursos Oriundos do FUNDEB	20.595.136,16



Total dos Gastos Efetuados com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos com Recursos do FUNDEB	26.525.217,81
Valor Acima do Limite (60% do FUNDEB c/ Profissionais do Magistério)	5.930.081,64

Conforme demonstra acima, evidencia-se que o município aplicou o valor de R\$ 26.525.217,81 equivalente a 77,28 % dos recursos recebidos do FUNDEB relativo ao exercício de 2015, em gastos com a remuneração e encargos dos profissionais do Ensino Fundamental e da Pré-Escola, atendendo o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	34.211.476,11
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras da conta do FUNDEB	113.750,83
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	34.325.226,94
95 % dos Recursos Oriundos do FUNDEB	32.608.965,59
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação, empenhadas e pagas com recursos do FUNDEB*	36.915.546,99

Conforme demonstrativo acima, evidenciou-se que o Município aplicou todo o valor recebido do FUNDEB no exercício, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no valor de R\$ 34.325.226,94, em despesas empenhadas e pagas, com manutenção e desenvolvimento da educação, conforme artigo 21 da Lei nº 11.494/2007. A inscrição em Restos a Pagar foi de R\$ 2.590.320,05, totalizando a Despesa com recursos do FUNDEB foi de R\$ 36.915.546,99. O valor da inscrição em Restos a que ultrapasse o saldo financeiro no valor de R\$ 1.078.093,00, será por conta de recursos do tesouro.



8 - DESPESA COM SAÚDE:

8.1 Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Atendendo à legislação vigente sobre a aplicação de impostos e transferências em saúde, o Município investiu R\$ 13.290.543,30, com recursos próprios na saúde conforme segue:

A- RECEITA DE IMPOSTOS/TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS	66.758.455,52
A.1 – IMPOSTOS MUNICIPAIS / RECEITA DE DÍVIDA ATIVA (PRINCIPAL E ENCARGOS)	11.046.670,63
Imposto Predial e Territorial Urbano	1.948.720,74
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.725.213,30
Imposto sobre Transmissão Inter vivos de bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	540.719,99
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.832.016,60
Dedução da Receita de Impostos (ITBI e IPTU)	
A.2 – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	17.014.782,93
COTA DO ICMS	15.914.935,21
COTA-PARTE DO IPVA	1.073.498,73
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	26.348,99
A.3 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	38.697.001,96
COTA-PARTE DO FPM	38.618.598,58
COTA DO ITR	41.189,82
TRANSF. FINANCEIRA DO ICMS – DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96	37.213,56

8.2 Investimentos do Município na Atenção à Saúde Pública



A – VALOR MÍNIMO A SER APLICADO	10.013.768,32
B – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	34.395.309,99
RECURSOS PRÓPRIOS	13.290.543,30
RECURSOS TRANSFERENCIAS E OUTROS RECURSOS	20.334.628,60
ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	7.475.701,94
ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	23.346.950,24
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	1.100.439,39
SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	
OUTRAS SUB FUNÇÕES	2.472.218,42

8.3 Demonstrativo para verificação do cumprimento do artigo 198 da constituição federal c/c artigo 77 do ato das disposições constitucionais transitórias – ADCT

Componente	Valor (R\$)	%
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (B)	34.395.309,9930	
(-) Despesas Pagas com Recursos Vinculados	21.104.766,69	
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CALCULO	13.290.543,30	19,90
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO (A)	11.015.768,32	15,00
VALOR ACIMA DO LIMITE	2.274.774,98	4,90

O percentual mínimo de impostos e transferências de impostos a ser aplicado pelo município em saúde pública no ano de 2014 é de 15,00%, equivalendo a R\$ 10.013.768,32, no entanto foi aplicado um percentual de 19,90



% que equivale a R\$ 13.290.543,30, fica evidenciado que o município aplicou 4,90 % a mais da exigência legal, cumprindo o referido dispositivo constitucional.

9 - GASTOS COM PESSOAL

Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar 101/2000 de 04/05/2000):

9.1 Demonstrativo dos Gastos com Pessoal

9.1.1 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município

RECEITAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

ENTIDADE	RECEITAS CORRENTES R\$
Total de Receitas Correntes Líquida	126.602.575,41

9.1.2 Gastos com Pessoal

PODER EXECUTIVO	VALOR R\$	%
(+) Pessoal Ativo e Encargos	71.853,072,93	
(+) Inativo e Pensionista	216.956,92	
(+) Outras Despesas de Pessoal (art. 18, § 1º - LRF)		
(-) Despesa de Decisão Judicial	63.194,64	
Total do Poder Executivo	72.006.835,21	56,88
PODER LEGISLATIVO	VALOR R\$	%
(+) Pessoal Ativo e Encargos	3.341.584,66	2,64



(-) Despesa de Caráter Indenizatório		
(=) Total do Poder Legislativo	3.341.584,66	
Total gasto com pessoal	75.348.419,87	59,52

Analisando o quadro acima concluímos que:

- A despesa líquida total com pessoal corresponde a 59,52 % da receita corrente líquida;

- O Poder Executivo gastou com pessoal ativo, inativo, pensionista e outros gastos com pessoal, o percentual de 56,88 % da receita corrente líquida;

Em análise com a evolução da receita nos últimos três exercícios esta controladoria verifica que os recursos do FPM e ICMS não acompanharam as atualizações salariais, e, em especial no exercício em tela com a isenção concedida pelo governo federal do IPI para veículos, material de construção e eletro domésticos e móveis. Também foi analisada a questão do piso nacional dos professores, implantado no município, contudo a administração consciente da responsabilidade já assumiu o compromisso de adequar-se a LRF, estando acompanhando mês a mês as despesas com pessoal, através de informação oficial, pelo controle interno, dos percentuais aplicados em 2014, objetivando a adequação de conformidade com a legislação.

10 - Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
EXERCICIO DE 2015	
HISTORICO	INGRESSO



Saldo de exercício anteriores exercício	-0-
Saldo do exercício de 2014	-0-
Saldo para o exercício seguinte	-0-

Não houve recursos arrecadados no exercício financeiro de 2014 oriundos da alienação de bens.

11. Observância ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO			
EXERCICIO 2015			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2014.	R\$ 73.349.105,26	Limite Máximo de Repasses 6% das receitas arrecadadas em 2014, conforme primeira coluna. R\$ 4.400.946,32	Repasse Realizado R\$ 4.242.118,92

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/00. Portanto o Poder Executivo



GOVERNO MUNICIPAL
SÃO LOURENÇO DA MATA
PERNAMBUCO - BRASIL



Documento Assinado Digitalmente por: AMARO ALVES DE SOUZA NETTO
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: e40c7bdc-bc0a-49ea-4849-ae82132970ca

preocupação com a implementação de um relacionamento externo de resultados, atuando, ágil, tanto no que concerne ao administrado quanto na interação com as ordens superiores de governo, visando o atendimento das necessidades sociais.

A implementação de procedimentos de controles, fruto do desejo de aprimoramento, vem, favorecer a aplicação de recursos públicos de forma mais eficazes, propiciando a efetividade das ações públicas em benefício da sociedade. Possibilitando ainda, que ao constar quaisquer fragilidades, sejam adotadas medidas corretivas de imediato e caso necessário medidas austeras.

O órgão de Controle Interno da Prefeitura do Município de São Lourenço da Mata tem a preocupação de atuar de forma responsável e comprometida no acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional.

O atendimento as recomendações do Controle Interno no exercício de 2015 geraram resultados positivos e com base nestes procedimentos novas técnicas vão sendo implantadas para auxiliar o Gestor Municipal e seu Chefe de Departamento, quanto aos aspectos de uma metodologia em construção permanente em busca de novos e melhores tempos para a cidadania e administração do Município de São Lourenço da Mata. E certo que o acompanhamento foi mais de forma presencial orientando os procedimentos a serem aprimorados em cada departamento, e de conformidade com as Instruções vigentes pertinentes aos serviços nas diversas áreas da atuação e objetivos da gestão pública.





respeitou as datas para repasse e o limite constitucional de acordo com a proporção fixada, não repassando a maior.

11. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

No Município de São Lourenço da Mata, não ocorreu danos ao patrimônio público municipal no exercício de 2015 do conhecimento da administração.

12. Gestão Patrimonial

Foi iniciado o inventário de bens móveis e imóveis. A gestão do patrimônio requer da administração ações imediatas e efetivas para um levantamento rigoroso, composto de recadastramento de bens móveis e imóveis, atualizando sua localização regularizando a documentação. O Controle Interno orientou para uma reorganização do patrimônio em caráter de urgência, tendo em vista a necessidade que temos de registrar na Contabilidade o Patrimônio real do Município.

13. Conclusão

O Controle Interno avaliando o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município de São Lourenço da Mata no que se refere à **eficiência, eficácia e efetividade**, conclui pela evolução da gestão administrativa do exercício de 2014 para o exercício de 2015. O tripé eficiência, eficácia e efetividade, têm sido perseguidas com a busca de resultados, atingimento de objetivos e metas, tornando dinâmicas as políticas públicas. A efetividade pela



Durante o acompanhamento foi constatado pelo Controle Interno, por ocasião de análise em folhas de pagamento foram constatadas as seguintes ocorrências:

- a) Secretaria de Saúde – Fundação Municipal de Saúde (Hospital Petronila Campos) que alguns profissionais estavam recebendo remuneração superior ao subsídio do Prefeito, fato que foi comprovado tratar-se de plantões extras e não valor contratual, após análise dos respectivos contratos.
- b) Secretaria de Educação – Professores percebendo valor, inferior ao piso nacional da categoria. Procedemos análise nos contratos e verificamos que a carga horária contratada é reduzida de forma a ser compatível correspondendo o valor contratual com o piso, ressaltando que o valor do contrato e pago não é inferior ao Salário Mínimo Nacional.

Este Relatório buscou atender as exigências contidas na Resolução Nº. 001/2009 do tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

São Lourenço da Mata - PE, 31 de dezembro de 2015.

Controlador Interno

Recebido

Em 07/01/2016